



# ENSAIOS EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA OU LÍNGUA ESTRANGEIRA

*Papers in Portuguese  
as a second or foreign language*

Investigando Aspectos Internacionais com  
Foco no Ensino de Língua Estrangeira:  
Seria o “Jeitinho” uma Estratégia de  
Polidez no Português do Brasil?

Adriana Borgerth Vial Corrêa Lima

Número 27

# INVESTIGANDO ASPECTOS INTERACIONAIS COM FOCO NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: SERIA O “JEITINHO” UMA ESTRATÉGIA DE POLIDEZ NO PORTUGUÊS DO BRASIL?

Adriana Borgerth Vial Corrêa Lima  
borgerth.a@gmail.com

## Resumo

Esse trabalho trata não só de recursos culturais e estratégias de polidez empregados na interação, enfocando o “jeitinho” como uma provável estratégia de polidez do português brasileiro, mas também da necessidade de ensino desses meios em aula de língua estrangeira, como ferramenta de desenvolvimento da comunicação interacional do falante-aprendiz. O *corpus* deste trabalho é composto de três episódios de “Porta dos Fundos”, produtora de vídeos de comédia veiculados na internet, analisados sob a luz do arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa, a saber: Estudos Culturais (Bennett, 1998; Kramsch, 1996), Teoria da Polidez (Brown e Levinson, 1987[1978]; Goffman, 1967) e Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]). A proposta didática apresentada aborda aspectos interacionais em aula de PL2E, de modo que possa atuar como instrumento de promoção da capacidade interacional de um falante não-nativo, permitindo a ele alcançar a realização da interação em que está envolvido.

Palavras-chave: PL2E; competência interacional; língua em uso; ensino de língua estrangeira; jeitinho.

## INVESTIGATING INTERACTIONAL ASPECTS FOCUSING ON FOREIGN LANGUAGE TEACHING: IS “JEITINHO” A POLITENESS STRATEGY IN BRAZILIAN PORTUGUESE?

### Abstract

This article aims to present not only cultural resources and politeness strategies used in the interaction, focusing on “jeitinho” as a probable politeness strategy in Brazilian Portuguese, but also the need to teach these means in a second language class, as a way of improving the learner interactional communication. The *corpus* of this work consists of three episodes of “Porta dos Fundos”, comedy videos on the internet, analyzed based on the theoretical framework that supports this research, which are: Cultural Studies (Bennett, 1998; Kramsch, 1996), Theory of Politeness (Brown and Levinson, 1987 [1978]; Goffman, 1967) and Theory of Speech Acts (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]). A didactic proposal addresses interactional aspects in Portuguese as Second Language, so that they can improve the interactive capacity of a non-native speaker, allowing him to achieve properly the interaction in which he is involved.

Key-words: PL2E; interactional competence; language in use; second language teaching; *jeitinho*.

## 1. Introdução

Nós, brasileiros, certamente já presenciamos ou vivenciamos uma situação semelhante à representada abaixo, um diálogo entre duas amigas:

Marta: Oi, Joana, vamos ao cinema no sábado à noite?

Joana: Nossa, que ótima ideia, Marta! Eu quero sim, faz tempo que não vou ao cinema! Mas ainda não sei se vai dar, porque não sei se já marquei outro compromisso. Tenho que ver. Olha, depois te ligo, tá?

E nós, brasileiros, certamente entendemos que a resposta de Joana é uma negativa; ela não tem intenção de ir ao cinema com Marta. A razão para a longa resposta, aparentemente positiva, origina-se na polidez brasileira, na dificuldade de conviver com negativas explícitas, como um simples e franco “não”, segundo Meyer (2016).

Refletindo sobre os padrões discursivos interacionais, que outros fatores podem estar encobertos - como essa recusa em formato de aceitação -, apesar de serem essenciais para que interactantes possam ter sucesso em sua interação? Algumas vezes, nem nós mesmos, brasileiros falantes de português, temos consciência deles. Pode acontecer a um falante transmitir uma determinada mensagem, certo de que está bastante clara, e seu interlocutor não compreendê-la. Sobre essas ponderações, discorreremos a seguir.

## 2. Aspectos da interação

Kramsch (1998) afirma que língua e cultura de um grupo social estão imbricadas. Na medida em que orientamos nossa vida social através da língua, ao fazermos uso dela em contextos comunicativos podemos perceber de que modos múltiplos e complexos ela está associada à cultura.

E esses modos através dos quais a cultura se manifesta são diversos. Bennett (1998) identifica três dicotomias culturais, para apresentar aspectos nem sempre claros para os próprios membros participantes de um grupo cultural: cultura C (maiúsculo) *versus* cultura c (minúsculo), cultura de alto-contexto *versus* cultura de baixo-contexto e cultura analógica *versus* cultura digital.

O conceito de “cultura C”, também denominada cultura objetiva, segue Bennett (1998), representa o conjunto de instituições culturais, como música, literatura ou gastronomia, por exemplo, entre outras manifestações em que pensamos, para nos situarmos no contexto cultural de determinado grupo. O conceito complementar dessa dicotomia, a “cultura c”, ou cultura subjetiva, é menos evidente, pois se refere às

características psicológicas de um dado grupo, seus valores, suas crenças e seus comportamentos compartilhados com o grupo (Bennett, 1998). Esses valores são parâmetros para a definição e o julgamento da realidade, e modelam o estilo comunicativo particular de seus membros, atuando, portanto, diretamente na comunicação entre seus representantes. É importante ressaltar que, embora a cultura de um grupo seja uma rede de significados coletivos (Altmayer, 2010), cada indivíduo seleciona seus padrões de interpretação cultural, segundo sua personalidade, definindo seus padrões de comportamento individual (Bennett, 1998).

A segunda dicotomia trazida por Bennett (1998) baseia-se em Hall (1981[1976]), ao tratar do entrelaçamento entre contexto e comunicação. Para Hall (1981[1976]), o código linguístico e o contexto são interdependentes, sendo o último decisivo na demarcação da natureza da comunicação. Portanto, todo ato comunicativo se insere em um contínuo de contexto, situando-se em algum ponto entre suas extremidades, que são o alto-contexto e o baixo-contexto. Assim, de acordo com Bennett (1998), há culturas classificadas como de alto contexto, nas quais nem tudo é explícito na mensagem da comunicação interpessoal. Outros recursos como o tom de voz, os gestos, o contato visual, a bolha espacial – “distância considerada confortável para delimitar a aproximação entre indivíduos” (Lima, 2019, p. 29) - são muito utilizados nas culturas caracterizadas como de alto contexto, que por vezes podem ser até mesmo mais relevantes do que a própria mensagem. Por outro lado, ainda de acordo com Bennett (1998), nas culturas de baixo-contexto, a maior parte da informação é passada na mensagem enunciada, na qual há pouca margem para subentendidos, sendo o papel do comportamento não-verbal menos relevante, podendo figurar apenas como um complemento dessa mensagem.

Por fim, o autor estabelece uma relação entre os conceitos de linguagem verbal e não-verbal e as definições de digital e analógico, essas últimas vindas da ciência da informação. Essa metáfora, no contexto da comunicação interpessoal, associa a linguagem verbal à clareza digital, uma vez que o sentido de palavras simboliza “categorias de fenômenos, da mesma forma arbitrária em que os códigos ligado/desligado simbolizam números em operações de um computador”<sup>1</sup> (ibid., p. 10). Já a linguagem não-verbal pode ser representada pelo conceito analógico, originando contextos que possam ser testados, por não serem únicos ou pré-definidos. Diante disso, Bennett (1998) afirma que algumas línguas têm qualidades mais digitais do que outras, já que dispõem

---

<sup>1</sup> *categories of phenomena in the same arbitrary way that on/off codes symbolize numbers and operations in a computer.*

de um léxico com características específicas para a expressão de sentimentos, ideias, pensamentos e opiniões. O autor identifica as culturas de baixo-contexto com as comunicações digitais, assim como as culturas classificadas como de alto-contexto, com as analógicas.

É, portanto, imprescindível conhecermos e compreendermos as nuances da cultura de um dado grupo, inclusive do nosso próprio. Isso posto, alguns aspectos da cultura subjetiva brasileira, uma cultura classificada como de alto-contexto e analógica, são investigados em mais detalhes a seguir.

Segundo DaMatta (1986), a vida social no Brasil está separada entre dois espaços fundamentais - a “casa” e a “rua” -, que representam muito mais do que simples espaços físicos. Esses dois mundos se caracterizam respectivamente pela calma, aconchego e tranquilidade na “casa”, onde somos únicos e insubstituíveis, onde as relações ultrapassam a relação familiar, incluindo compadres, amigos, outros parentes, antigos empregados, servidores e até mesmo animais domésticos, numa rede de relações calorosas, contrastando com o movimento, a surpresa, a tentação, o trabalho, um mundo do anonimato, uma selva de pedra, uma competição, marcados pela insegurança, pelas leis e pela polícia, simbolizando a “rua”.

A “casa”, segue o autor, é uma corporação da família brasileira, vital e permanente, que não se esgota, diferentemente do governo e da administração pública. Para DaMatta, “vivemos numa sociedade onde ‘casa’ e ‘rua’ [...] são modos de ler, explicar e falar do mundo” (ibid., p. 20-21).

Em relação a regras, há uma distinção (DaMatta, 1993) entre o conjunto de regras ou leis constitucionais, que são as normas discutidas, escritas e promulgadas, com validade em todo o país, e outro conjunto, as normas não escritas, decididas por membros de uma comunidade, como as regras de reciprocidade, hospitalidade, lealde e bom-senso. Entretanto, prossegue o autor, na sociedade moderna vigora o englobamento das ordens vigentes na “casa” – aquelas não escritas - pelas leis da “rua” – as constitucionais escritas. No sistema social brasileiro, prossegue o autor, o peso das leis constitucionais, as do mundo da economia e da política, metaforizado pela “rua”, encontra-se normalmente em contraposição ao pedido de favor, da patronagem, das relações pessoais, representando a “casa”; além de pesos diversos, também suas áreas de atuação são diferentes.

Certamente já ouvimos a frase “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei!”; portanto, conforme DaMatta (1993), o real entendimento de nossa sociedade está nessa relação entre leis e amigos, quando se revelam soluções intermediárias tipicamente brasileiras,

mediações que se afastam da lógica social dual. Assim, surge um elemento intermediário como o mulato, o cafuzo e o mameluco (no sistema racial), o despachante (no sistema burocrático), a feijoada, a peixada e o cozido (comidas intermediárias entre sólido e líquido no sistema culinário), o “jeitinho”, o “sabe com quem está falando?” e o “pistolão” (nos modos de lidar com as leis impessoais), entre outros exemplos, representando o híbrido, que não se restringe a um lugar negativo no sistema brasileiro.

Entre as soluções intermediárias, analisamos o “jeitinho brasileiro”, solução ambígua para algum problema ou situação difícil ou proibida, imprevista e adversa aos objetivos do indivíduo, que foi pesquisado e analisado em detalhes por Barbosa (2006[1992]). Trata-se de uma estratégia para apresentar a uma situação resultados desejados em curto prazo, independentemente de serem ou não definitivos, ideais ou legais. O jeito, entretanto, pode se confundir com outras categorias afins, o favor e a corrupção, dependendo do contexto em que se realiza e do tipo de relação entre as pessoas envolvidas, pois não há fronteiras rígidas entre essas categorias. A autora propõe o seguinte *continuum*:

(+)	(+)(-)	(-)
favor	jeito	corrupção

Barbosa (2006[1992], p. 42)

Para compreender melhor as diferenças entre as três categorias, Barbosa (2006[1992]) as caracteriza de acordo com as respostas dos participantes de sua pesquisa. O favor é, então, uma situação de reciprocidade direta, na qual normalmente as pessoas envolvidas são conhecidas, e onde se estabelece uma hierarquia entre o credor (aquele que fez o favor) e o devedor (quem o pediu), ficando o primeiro sempre em situação superior. O jeito pressupõe situação de igualdade entre os participantes, e a reciprocidade não tem um objeto preciso, sendo difusa. Além disso, ele pode envolver a transgressão de alguma norma ou regra preestabelecida, e pode ser pedido a um desconhecido, uma vez que o ciclo desse relacionamento se encerra na medida em que o jeito é concedido. Já a corrupção prevê alguma vantagem material de monta advinda da situação. Nesse sentido, o dinheiro deixado “para a cervejinha”, “para o cafezinho” ou até mesmo a gorjeta são enquadrados como jeito, e não como corrupção.

Ainda de acordo com a autora, de modo geral os brasileiros se consideram usuários do “jeitinho”. Isso se deve em grande parte à rigidez e ao formalismo da burocracia brasileira, domínio preferencial dessa prática em nosso cotidiano, onde tudo e

todos são regulados, com exceção dos direitos do Estado sobre o cidadão. A máquina burocrática é em tese racional, anônima e impessoal, e, nesse contexto de oficialidade, quando um cidadão tem um problema e o compartilha – prática amplamente difundida no Brasil, em qualquer segmento da sociedade, afirma a autora -, tratá-lo e ter que aplicar a ele regras pode se tornar bastante complexo. Essa complexidade se instaura especialmente se esse tratamento engloba uma negativa, visto que “não” no Brasil é um tabu, conforme mencionado na introdução deste artigo. É praticamente impossível ser eficiente e cumprir a lei, impondo regras de modo impessoal, continua Barbosa (2006[1992]), se for necessário incluir uma negativa a amigos, já que, a partir do compartilhamento de um problema, laços são criados em nossa sociedade, que valoriza as relações pessoais acima de tudo.

A maneira de pedir um jeito é crucial para sua obtenção, prossegue Barbosa (2006[1992]). Nesse momento, todas as desigualdades que poderiam existir entre os personagens do pedido de jeito ficam suspensas, e o caminho recomendável para obtê-lo são simpatia, cordialidade e até humildade. Em contrapartida, arrogância e autoritarismo podem comprometê-lo, independentemente da solidez dos argumentos apresentados.

O pedido de jeito é uma interação, na qual interactantes não estão apenas enunciando frases. Segundo Oliveira (2008), um ritual interacional apresenta relações entre linguagem e realidade social nas práticas do dia-a-dia, permeadas pelo conceito de polidez, normalmente associado às boas maneiras, à educação ou à civilidade. Essas normas sociais são compartilhadas por um grupo, prossegue a autora, que definem o que é um comportamento considerado adequado para determinado contexto, e a quebra dessas normas pode provocar efeitos sociais não esperados.

A Teoria da Polidez (Brown; Levinson, 1987[1978]) parte do conceito de face (Goffman, 1967), autoimagem pública de uma pessoa, que pode ser mantida ou perdida, como resultado da conduta adotada durante a interação. Nela, o falante tem em vista dois desejos de face: a face positiva, quando é aprovado ou aceito pelo interlocutor, e a face negativa, quando sofre imposição do interlocutor, conforme Oliveira (2008). Para Brown e Levinson, manter a face é a maior motivação para o comportamento polido, que mantém a harmonia social e as relações cordiais.

Entretanto, esse equilíbrio pode ser desfeito, se a qualquer momento ocorrer um ato de ameaça à face (AAF), provocando efeitos perturbadores nessa interação (Oliveira, 2008). Para a mitigação desses efeitos, há três aspectos relativos à natureza social na interação (Brown; Levinson, 1987[1978]) que podem determinar o risco dos AAF:

1. Distância social entre falante e ouvinte (familiaridade e conhecimento entre eles);
2. Distância de poder entre ouvinte e falante (diferença de *status* entre eles);
3. Grau de ameaça definido culturalmente para o ato de ameaça à face em questão.

A polidez, para Brown e Levinson (1987[1978]), pode então ser considerada como um trabalho de preservação da face e também como um padrão interacional, cuja função é manter a harmonia e a ordem social. Conforme Oliveira (2008), a opção em ser polido é em geral uma escolha livre do falante, com o propósito de atingir um objetivo interacional.

O contexto, continua a autora, tem papel relevante nas escolhas de um falante, pois os mesmos recursos linguísticos podem denotar diferentes significados em diferentes contextos culturais ou eventos de fala; e essas escolhas pragmáticas empregadas por um falante – como, por exemplo, a seleção adequada de atos de fala, são recursos interacionais necessários para a realização dessa interação. Paralelamente, esse falante deve também dispor de recursos identitários - a forma como se coloca na interação -, e linguísticos - a estrutura linguística em si e a construção dos sentidos empregadas em sua prática, para que a interação seja bem sucedida, uma vez que ela é uma atividade colaborativa, envolvendo emissor, receptor e o contexto, de acordo com Young (2011), vindo ao encontro de Oliveira (2008).

Dentre as escolhas pragmáticas feitas pelos falantes, selecionamos para análise os atos de fala, que são uma das bases da interação. A Teoria dos Atos de Fala, descrita por Austin (1990[1962]) e posteriormente complementada por Searle (1981[1969]), atribui à linguagem um papel comunicativo, um meio de ação. Através dela, não só transmitimos ideias, pensamentos e mensagens, mas também agimos no mundo e sobre o interlocutor. Portanto, a linguagem é uma prática social, e está intimamente ligada ao contexto em que essa prática ocorre.

Ainda segundo os autores, um ato de fala engloba três atos simultâneos:

1. Ato locucionário – a enunciação do ato em si;
2. Ato ilocucionário – a realização do ato em si, atrelada a seu propósito;
3. Ato perlocucionário – os efeitos provocados pelo ato locucionário sobre o interlocutor.

Além disso, prosseguem os autores, outro aspecto integra o ato de fala: a força ilocucionária, agregando aspectos verbais e não-verbais que se associam à enunciação de



um ato de fala, transmitindo a intenção do falante. Assim, um conjunto composto pelas mesmas organização sintática e seleção semântica de um ato locucionário pode estar relacionado a atos de fala distintos, sob a atuação de diferentes formas de força ilocucionária. Como exemplo na língua portuguesa, uma pergunta, dependendo da força ilocucionária, pode se transformar em uma ordem: “Você poderia abrir a janela?” é, na verdade, uma solicitação para que o interlocutor abra a janela, e não uma pergunta. Segundo Almeida (2007), esse fenômeno está vinculado à indiretividade ou à diretividade do ato de fala, sendo a forma indireta em geral considerada mais polida.

Os aspectos culturais e pragmáticos aqui apresentados – cultura subjetiva, de alto-contexto e analógica, a “casa” e a “rua”, leis e regras na sociedade brasileira, “jeitinho brasileiro”, Teoria da Polidez e Atos de Fala – são alguns dos elementos que concorrem para o desenvolvimento da competência interacional, já que eles se entrelaçam e atuam na compreensão adequada, por parte do interlocutor, da mensagem transmitida. Logo, a competência interacional é a capacidade de falantes e ouvintes coconstruírem uma interação oral na medida em que ela se estabelece, na qual ambos partem de seus conhecimentos (verbais e não verbais) e os empregam convenientemente em um contexto. Diante disso, a interação, que é mais do que comunicar, é administrar – bem ou mal – relações pessoais, com suas demandas psicológicas e resultados dinâmicos que surgem ao longo dessa interação, segundo Spencer-Oatey e Franklin (2014). Interagir é, portanto, aprender a agir socialmente com as palavras, inter-relacionando o contexto e os papéis sociais envolvidos.

Para delinear a abrangência da competência interacional – ou competência pragmática -, Thomas (1983, apud Xiao, 2015), define como suas componentes a pragmalinguística e a sociopragmática: a primeira é o aspecto funcional da linguagem, a estrutura linguística aplicada pelo falante às funções pragmáticas, e a última, seu aspecto social, o comportamento linguístico adotado pelo falante de acordo com o contexto social. Com essa proposta, fica claro que a proficiência linguística, embora necessária, não assegura por si só a interação bem-sucedida; para tal, o uso de formas linguísticas empregadas em uma interação deve se adequar não só à realização de funções pragmáticas, mas também às diferentes variáveis do contexto em que essa interação ocorre, para que essa troca tenha êxito.

A seguir, apresentamos três episódios de “Porta dos Fundos”, a fim de analisarmos as estratégias de interação adotadas por falantes e ouvintes em atos de fala de pedir e de dar jeito.

### 3. Análise dos Dados

Apesar de tratar-se de discurso ficcional de humor nas situações encenadas nos vídeos utilizados na presente pesquisa, elas refletem, na maioria das vezes, uma linguagem coloquial bem próxima daquela que os falantes nativos utilizam. Além disso, versam sobre circunstâncias que o brasileiro reconhece de imediato, por serem corriqueiras em nosso cotidiano, tangenciando a burocracia e a corrupção.

A seguir são apresentados os três episódios de “Porta dos Fundos” selecionados como *corpus* desta pesquisa, assim como seus excertos, nos quais atuam personagens pertencentes ao âmbito da oficialidade, que pedem ou dão jeito. Nos excertos selecionados, podemos analisar a interação, segundo a teoria apresentada neste trabalho.

1. Prisão domiciliar (2017): Nesse episódio, um oficial de justiça busca entregar a um senador, em sua casa, uma notificação de cassação de seu mandato. Após longa espera, ele vê o senador chegar e vai até a porta, onde é recebido pela empregada, que afirma que o senador ainda não voltou, claramente encobrindo o político. Para se esquivar do oficial de justiça, o senador se fantasia de mulher, dizendo ser a filha do senador. O primeiro aparentemente acredita na mentira, e simula ir embora, quando se vira repentinamente e puxa a peruca do senador, esclarecendo a fraude. Nesse momento, ele quer entregar o envelope ao senador, que não o recebe. O político desdenha o oficial de justiça, dizendo que o trabalho dele é em vão, porque, caso seja preso, será solto logo em seguida, confiando nas relações que o protegeriam de uma condenação e, conseqüentemente, da prisão.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8jXDVsZ1MnU>.

#### Excerto 1

O oficial se mantém firme em sua posição de cumpridor da lei, enfrentando, mesmo que de forma suave, a postura híbrida “Você sabe com quem tá falando” do senador (DaMatta, 1993), um ato de ameaça à face do oficial (Brown e Levinson, 1987[1978]). Mas de repente a conversa muda de rumo, quando o senador comenta sobre a chopeira italiana que tem em casa (linha 5).

1	Oficial	[...] Vai pegar uma boa de uma prisão domiciliar.
2	Senador	Prisão domiciliar! E o que que acontece na prisão domiciliar, meu querido? Eu volto
3		para essa mansão maravilhosa. [...] Ou seja, vou sair de casa pra quê? Aqui tem Net,
4		tem Sky, tem ar condicionado, tem piscina, sauna seca, sauna a vapor; lá atrás tem um
5		campo de golfe, tem uma chopeira italiana que eu comprei agora... Maravilhosa!
6	Oficial	Chopeira italiana?
7	Senador	Uma chopeira italiana.
8	Oficial	É mesmo? Eu queria comprar, mas eu estava na dúvida se era boa. É boa mesmo?
9	Senador	Opa! Se funciona bem? Amigo, zero grau, desce assim na pressão, ó,
10		pffsch... Opa... Vamos?... Quer ... Quer? Provar um chopezinho?
12	Oficial	Não, ih, não... Eu sou oficial de justiça.
13		Eu não... Eu não... Eu não posso fazer isso... Eu não posso entrar...
14	Senador	Oficial de quê? Não... Não tem nenhum oficial de... Oficial de? Eu não estou
15		vendo nenhum oficial de justiça aqui.
16	Oficial	Eu não sei...
17	Senador	Guiomar, você está vendo algum oficial de justiça aqui, hoje?
18	Empregada	Ofi... Não...
19	Senador	Não estou vendo.
20	Empregada	Engraçado.
21	Senador	Aliás, alguém entregou alguma coisa aqui?
22	Empregada	Não.
23	Oficial	Que isso... Vocês...
24	Senador	Olha aí. [O senador toma o envelope da mão do oficial de justiça e joga fora]
25	Oficial	Vocês são danados. Gente, que isso...
26	Senador	Comigo não tá! Vamos lá... Vamos estreitar comigo. Tá passando jogo hoje ao
27		vivo, ali no <i>Premiere</i> , vamos lá...
28	Empregada	Tá pesado? Eu levo pro senhor.
29	Senador	Ela leva.
30	Empregada	Relaxa...
31	Senador	Ô, Guiomar, faz aquele petisquinho pra gente!

O oficial modifica o tom da interação, porque se interessou pela compra da chopeira, feita pelo senador (linha 6 e 8). Um interesse particular o fez se desviar da sua função oficial, e, percebendo o novo contexto (Young, 2011), o senador também mudou seu modo de interagir, convidando o oficial a experimentar a chopeira com amabilidade e simpatia, o que também pôde favorecer o jeito (Barbosa, 2006[1992]). A partir desse momento, a distância social entre os dois tende a desaparecer (Brown e Levinson, 1987[1978]). Em princípio resistindo (linhas 12-13), o oficial cede à fala indireta (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]) do político, que oferece o jeito para encerrar a questão (linhas 14, 17, 19 e 21). Afinal, a recente igualdade estabelecida entre participantes (Barbosa, 2006[1992]) também pôde contribuir para o encerramento bem-sucedido do pedido de jeito. O oficial, ainda relutante (linhas 23 e 25) acaba se dando por vencido e entra na casa do senador, que mudou seu discurso, trocando a arrogância inicial pela polidez na interação, passando a ser agradável e harmônica, como se ambos fossem amigos e estivessem em “casa” (DaMatta, 1986).

2. Suborno (2013): O segundo episódio trata de um motorista flagrado sem sua carteira de habilitação durante uma *blitz*, e da conseqüente abordagem do policial. Com seu palavreado rebuscado, ele não consegue ser claro em sua comunicação, e o motorista convoca outras pessoas, buscando ajuda para compreender a fala do policial. Por fim, há uma roda de pessoas sentadas no chão à frente do policial, fazendo anotações, como se estivessem participando de um jogo para decifrar as versões e o objetivo do discurso do policial.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UUckYjoySBc>.

### Excerto 1

Ao ser informado pelo policial que seu documento está vencido, o motorista percebe que cometeu uma infração e se desculpa, já que a lei vigente é uma característica da “rua” (DaMatta, 1986) e, portanto, ameaçadora. Têm início, então, as tentativas do policial em obter vantagem financeira da situação (Barbosa, 2006[1992]).

1	Policial	Documento tá vencido, senhor.
2	Motorista	Ih, rapaz, eu tô com a cabeça cheia. Vacilo meu, completo.
3	Policial	Olha só, senhor, a gente pode estar resolvendo essa questão aí de uma
4		maneira mais alternativa pros dois lados, compreende?
5	Motorista	Humm, não, não entendi.
6	Policial	O que eu tô querendo dizer é que a gente pode fazer uma colaboração mútua
7		aí no sentido do senhor deixar uma questãozinha aí pra desafogar a situação.
8	Motorista	Humm, eu continuo não entendendo. É alguma indireta?
9	Policial	Pode ser que sim, pode ser que não. Depende... Talvez...

Entretanto, o policial não se utiliza da distância hierárquica (Brown e Levinson, 1987[1978]) para ameaçar a face do motorista; o ato de fala (Austin; Searle) do policial é de corrupção (Cf. 2, Barbosa), porém indireto (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]), devido ao estilo rebuscado e confuso que ele emprega (linhas 3-4, 6-7, 9). Isso enfraquece a força ilocucionária (ibid.) desse ato de fala, que é cobrar o dinheiro do motorista. Porém, esse não consegue interpretar a mensagem do policial.

### Excerto 2

Diante de sua dificuldade, o motorista chama sua mulher, que o estava esperando no carro, para ajudá-lo a decifrar o discurso do policial.

1	Policial	Boa noite, madame.
2		Que eu tô tentando explicar aqui pro seu marido que existe toda uma
3		circunstância de momento que a gente pode tentar sanar de maneira mais
4		informal entre os envolvidos, entendeu?
5	Mulher	Como assim?
6	Policial	É uma opção, né, disponível para gente tentar viabilizar uma resolução
7		melhor pra ambas as partes.

O policial mantém o mesmo discurso indireto (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]) e demonstra a distância social (Brown e Levinson, 1987[1978]) e a preferência pela polidez (Oliveira, 2008) ao chamar a mulher do motorista de “madame” (linha 1). Mas a interação não flui, porque ela também não compreende o ato de fala de corrupção (Brown e Levinson, 1987[1978] do policial (linhas 2-4, 6-7), cuja força ilocucionária mais uma vez não atua da sobre sua interlocutora (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]).

### Excerto 3

A situação continua num impasse, e a mulher convida um passante a auxiliá-los.

1	Policial	Ô, companheiro, o que eu tô tentando passar pra esse casal aqui é que
2		aconteceu uma casualidade, né, e essa casualidade pode ser contornada se
3		houver um fortalecimento que seja aí satisfatório, né, com a nossa condição.
4	Passante	Hum? Quê?

O ato de fala indireto (Brown e Levinson, 1987[1978]) do policial não se altera (linhas 1-3), assim como a incompreensão da mensagem pelo interlocutor. Repete-se a ausência da força ilocucionária do ato de fala de corrupção devido à indiretividade empregada por ele (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]). A polidez continua presente (Oliveira, 2008), através do tratamento de “companheiro” dispensado pelo policial ao passante que se aproximou, em relação a quem diminui a distância social (Brown e Levinson, 1987[1978]).

### Excerto 4

Não foi encontrada ainda nenhuma solução para a proposta do policial, e já há um grupo de pessoas sentadas no chão, tentando desvendar seu discurso.

1	Policial	Aconteceu uma casualidade aqui, certo?
2	Grupo	Certo... Ocorreu uma eventualidade.
3	Policial	E essa eventualidade provocou o quê? Causou toda uma ocasião desfavorável, no
4		sentido de criar uma opção de resolução oficial para a coisa toda. Estão me
5		acompanhando? O que eu tô tentando dizer aqui é que essa resolução pode ter um
6		desfecho rápido, ou não, dependendo do grau de generosidade do casal em questão.
7	Passante	É, não tá rolando... Realmente não tá rolando.
8	Motorista	[Dirigindo-se ao policial] Peçanha, mais uma? Vamo, a última agora, vamo lá.
9	Policial	Vamo lá.
10	Mulher	Peráí, Pê. Só um minutinho, é porque eu acho que vai varar a noite e eu vou
11		comprar um lanche pra mim. Alguém quer?
12	Passante	Ah, compra? Quero! Um pão de queijo, mortadela...
13	Motorista	Quer dinheiro, amor?
14	Policial	[Dirigindo-se ao motorista] É ISSO!!!
15	Mulher	O quê?
16	Policial	[Dirigindo-se ao motorista] Isso que você falou.
17	Mulher	O quê? Amor?

18	Policial	Porra...
19	Passante	Não?

O policial insiste no ato de fala indireto (Brown e Levinson, 1987[1978]) (linhas 1, 3-6, 17), sem ser compreendido pelo grupo. A força ilocucionária (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]) do ato de fala de corrupção se esvai, porque seu discurso é proferido em linguagem confusa, nada direto (ibid.). A distância social (Brown e Levinson, 1987[1978]) foi encurtada (linhas 8 e 10), pois o motorista chama o policial pelo nome e a mulher dele já o apelida de “Pe”. Além disso, o grupo demonstra intimidade: estão todos sentados no chão, e a mulher, ao se levantar para comprar lanche para ela, se oferece para comprar para os outros também (linhas 10-12), característica da “casa” (DaMatta, 1986), em que as relações são sempre muito importantes.

Ao longo de todos os excertos, em nenhum momento o policial ameaçou a face de seus interlocutores (Brown e Levinson, 1987[1978]), apesar de representar a oficialidade e a lei da “rua” (DaMatta, 1986). Ele foi sempre indireto (Brown e Levinson, 1987[1978]) ao enunciar o ato de fala de pedido de corrupção (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]), e, portanto, a força ilocucionária (ibid.) desse ato de fala não se fez presente. O modo educado de pedir o dinheiro reforça a preferência pela polidez (Oliveira, 2008) e desloca essa conjuntura de corrupção para jeito, no *continuum* proposto por Barbosa (2006[1992]). Ao ouvir a palavra “dinheiro” mencionada pelo motorista (linha 16), o policial apenas reage com a frase “É ISSO!” (linha 14), pretendendo fazer com que todos compreendam que é disso que seu discurso trata. Entretanto, não repete o substantivo “dinheiro”, e mais uma vez a indiretividade (Brown e Levinson, 1987[1978]) acarreta em uma interação sem sucesso.

3. Identidade (2017): No último episódio, um funcionário público de um órgão administrativo atende um cidadão que quer trocar seu nome no documento de identidade. A namorada do cidadão é chamada por ele para participar do atendimento, para que ela possa explicar melhor ao funcionário o motivo da mudança de nome: ela quer que seu nome “da Conceição” seja incluído no nome do namorado. Mas o funcionário explica a ambos reiteradas vezes que a solicitação não está prevista nas formalidades legais, porque na legislação brasileira mudança de nome só pode ser feita por motivo de casamento.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wDScIZgh2dE>.

### Excerto 1

A tentativa do requerente de mudar de nome é rejeitada firmemente pelo funcionário, por não ser legal, mas a namorada não aceita suas negativas. Então, já irritada, ela sobe o tom de voz, ao questionar o funcionário sobre a lei a que ele se refere.

1	Funcionário	Essa é a lei, entendeu? Não tá na lei, não posso fazer nada, gente.
2	Namorada	Lei daonde?
5	Funcionário	Do Brasil...
6	Namorada	[...] Aqui não é Brasil. Aqui é outro país. Aqui é Duque de Caxias! Aqui a coisa
7		é resolvida diferente, né não? [Dirigindo-se a José]
8	Requerente	Aqui é Duque de Caxias.
9	Namorada	Não é diferente?
10	Requerente	Diferente. Aqui é diferente...
11	Namorada	À beça! É ...[...] Meu pai, Seu Divino... [...] há muito tempo atrás veio aqui tirar o
12		registro da minha mãe e teve que dar três tiros no carro do moço, pra minha mãe ter
13		o nome de "Maria do Divino". Minha irmã, Rosa, deu uma tesourada na garganta da
14		mulher do Detran, porque ela veio com esse papo de lei [...] pro meu cunhado sair
15		com "da Rosa"; agora tá lá, "Jair da Rosa". [...] É isso aí, O senhor quer o quê?
16		[...] Que eu pegue uma navalha? Retalhe sua cara? Ou...
17	Funcionário	Não, não, não. Não, que isso! Eu vou... Claro que eu posso abrir uma exceção.
18	Namorada	Ah, que bom.
19	Funcionário	Porque, né? A gente tem que trabalhar com jogo de cintura, né?
20	Namorada	Ah, é.
21	Funcionário	Brasileiro tem que improvisar o tempo todo.
22	Namorada	É...
23	Requerente	Fazer as coisas direito...
24	Funcionário	Vamos colocar aqui o "da Conceição".
25	Namorada	Uhum...
26	Funcionário	Né? Conceição nem parece ... Fica tipo um nome composto. "José da Conceição".
27	Namorada	Ah, que bonito.
28	Funcionário	Só botar, vai ficar bacana.
29	Namorada	Todo mundo tá feliz, né?
30	Funcionário	Tá bacana. Tudo certinho, aqui. Muito bom.
31	Namorada	Que bom.

A namorada argumenta (linhas 2, 6-7, 9) que a lei citada pelo funcionário não vale no local onde estão (Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense), e, elevando fortemente o grau de ameaça à face desse funcionário (Brown e Levinson, 1987[1978]), explica que lá a regra vigente é a da violência (linhas 11-16), sempre seguida por seus familiares que estiveram anteriormente na repartição pública para alterarem os nomes dos cônjuges. Sendo explicitamente agressiva, ela ameaça a face do funcionário (Brown e Levinson, 1987[1978]) e a harmonia da interação (Oliveira, 2008).

Nesse momento, apesar da distância hierárquica e social entre os interactantes, onde o funcionário público é o representante da lei e da "rua" (DaMatta, 1986), a namorada passa a conduzir a interação, devido à força ilocucionária de seu ato de fala de ameaça (Austin, 1990[1962]; Searle, 1981[1969]), extremamente direto e hostil. Sentindo sua face ameaçada (Brown e Levinson, 1987[1978]), o funcionário muda seus

argumentos e prontamente adota uma postura conciliadora e polida (linhas 17, 19, 21) (Oliveira, 2008), concordando em acrescentar o nome da namorada ao nome do requerente (linhas 24, 26, 28), oferecendo o “jeitinho”, o posicionamento intermediário (DaMatta, 1993; Barbosa, 2006[1992]), a fala conciliadora, demonstrando flexibilidade, salvando sua face e a da interlocutora (linhas 18, 20, 22, 25, 27, 29, 31), com o propósito de atingir o objetivo interacional (Brown e Levinson, 1987[1978]).

#### **4. Aspectos da interação no ensino de LE**

Imaginemos, então, que a situação discutida no início deste trabalho – a proposta de amigos irem juntos ao cinema - possa ocorrer em um contexto intercultural, com o convite sendo feito por um estrangeiro a um brasileiro. Podemos prever que o primeiro provavelmente não compreenderá a reação do brasileiro, que, embora com uma roupagem de concordância, é uma negativa ao convite. E é bastante provável que o estrangeiro acredite que sua sugestão foi aceita.

Como fica claro no cenário acima simulado, a percepção da outra cultura é um aspecto primordial no contexto intercultural. Oliveira (2008) refere-se à possibilidade de mesmos recursos linguísticos poderem denotar diferentes significados em diferentes contextos culturais; Kramsch (1996) considera a cultura uma manifestação de funções e noções pragmáticas nas formas costumeiras de se falar e de se agir em determinado contexto cultural; Bennett (1998) verifica a necessidade de se promover a reflexão sobre essas diferenças culturais, de forma que essa comunicação intercultural se apoie no trato consciente e respeitoso dessas diferenças, que seja baseada exatamente nessas diferenças.

Considerando que a identidade cultural do indivíduo modela seu discurso (Spencer-Oatey; Franklin, 2014) em seu cotidiano, do mesmo modo, o discurso intercultural modela a identidade cultural de um estrangeiro, na medida em que ele passa por um processo de adaptação cultural, mudando sua estrutura cognitiva, paralelamente à evolução de seu comportamento em relação à cultura estrangeira (Bennett, 1998). Para o autor, a compreensão e a aceitação de culturas subjetivas é um bom caminho para podermos chegar mais confortavelmente à comunicação intercultural.

A cultura, portanto, em seu lugar de destaque nas interações interculturais, junta-se aos elementos até aqui apresentados, instâncias da cultura subjetiva, contribuindo para essa interação intercultural bem sucedida. Em razão disso, o professor de LE deve apresentar esses elementos a seus alunos de forma explícita e também aplicá-los em sala de aula, para evitar que cada aluno empregue as próprias estratégias de sua língua materna



às interações em LE, o que certamente causará embaraços a ele. Assim, ensinar LE vai muito além de ensinar conteúdos; é ensinar comportamentos outros, diferentes daqueles a que o aluno estrangeiro está acostumado. Esses novos comportamentos serão colocados em prática, combinados ao repertório linguístico, que é sua ferramenta. É preciso, então, que o aluno conheça e reconheça contextos e padrões para aplicar suas novas ferramentas corretamente.

Assim, segundo Hall (2004), a aprendizagem de LE através de processos interacionais gera conhecimento e, simultaneamente, cria recursos, através dos quais o aluno adquire esse conhecimento. Para a autora, esses recursos não precedem o uso dessa língua, mas são derivados justamente dos caminhos com que cada indivíduo organiza, constrói e experimenta o mundo social (Hall, 2018). Além disso, esses recursos não são estáticos; ao contrário, estão em constante adaptação e mudança, devido a fatores individuais e pragmáticos, mas também a forças sociais.

A língua é, portanto, um fenômeno essencialmente social, empregada e aprendida de forma interativa (Hall, 2018), levando ao desenvolvimento da competência interacional, que permite ao falante o uso espontâneo da língua. E é nas práticas interacionais que os interactantes administram conjuntamente seu interesse para alcançar a realização da interação em que estão envolvidos.

## **5. Proposta de atividade para aula de PL2E**

Diante da relevância desses aspectos abordados e da importância em incluí-los no ensino de PL2E, na medida em que eles podem atuar como ferramentas para o desenvolvimento da competência interacional do falante-aprendiz, propomos uma atividade didática para alunos de nível intermediário, baseada no vídeo “Prisão Domiciliar” da “Porta dos Fundos” (Cf. 3.1).

Como primeira atividade, ainda não vinculada ao filme, o professor propõe aos alunos elencar possibilidades de entretenimento numa época de quarentena. Então, complementando suas respostas, apresenta o vocabulário que será fundamental para a compreensão do filme: chopeira, petisquinhos, *Premiere*, *Net*, *Sky* etc. O exercício consiste em correlacionar figuras e palavras, e o professor pode abordar aspectos culturais que se tornam claros não só nessa seleção, como a paixão por chope e futebol e por assistir a séries em canais de televisão a cabo, mas também nas contribuições dos alunos.

Passando a um segundo momento em sala de aula, e antes de mostrar o filme, o professor fala sobre a corrupção no meio político brasileiro, também comum a vários países, a fim de contextualizar a interação que se dá no vídeo. Logo em seguida, explica que mostrará um vídeo de comédia no contexto apresentado e explica o papel de cada personagem, nomeando-os. Então, apresenta o vídeo até o ponto em que o oficial de justiça sugere que o senador possa ficar em prisão domiciliar, e pergunta como a história pode continuar. Em seguida, retoma a exibição do filme, até o final. Após essa exibição, pergunta aos alunos sobre a mudança de tom do senador e do oficial de justiça na interação: porque e quando ocorreu? A partir daí, retoma a discussão sobre os aspectos culturais iniciada na primeira atividade e apresenta as estratégias de polidez no português do Brasil envolvidos no filme (oficialidade, “casa” e “rua”, “jeitinho”, distância social e hierárquica, indiretividade). Por fim, o professor apresenta algumas situações em que o “jeitinho” é claro (memes, cartuns, textos), e pede aos alunos para identificá-lo, perguntando a eles se o interpretam como uma estratégia de polidez.

## **6. Considerações Finais**

É essencial o conhecimento de estratégias interacionais entre membros de uma mesma cultura. Entretanto, para o falante-aprendiz de uma língua estrangeira, esses recursos são cruciais para que ele possa desenvolver a competência interacional e se sentir à vontade em situações do uso da língua. É necessário que ele conheça não só a estrutura linguística, mas também o conjunto de manifestações da cultura daquela comunidade em que está inserido, para empregá-los como ferramentas em situações reais de interação com um falante nativo, nas quais o “jeitinho”, entre outras. Em alguns casos pode ser o ponto de inflexão em uma interação, desviando os interactantes de atos de ameaça à face, favorecendo essa interação e o cumprimento de seu objetivo, mantendo a harmonia e a ordem social.

Portanto, o tema aqui apresentado se mostra relevante, podendo contribuir de forma significativa para a reflexão e para a discussão a respeito da inclusão de aspectos interacionais em aulas de PL2E, uma vez que interagir é agir socialmente. Desse modo, os alunos estrangeiros poderão conviver agradavelmente conosco, brasileiros.

## **7. Referências Bibliográficas**

ALTMAYER, C. Konzepte von Kultur im Kontext von Deutsch als Fremd- und Zweitsprache. In: KRUMM, H-J.; FANDRYCH, C.; HUFSEISEN, B.; RIEMER, C. (Hrsg.). *Deutsch als Fremd-*

*und Zweitsprache*. Ein internationales Handbuch (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft, 35). 2. Aufl. Berlin: de Gruyter. 2010. p. 1402 - 1413.

ALMEIDA, P. M. C. *A elaboração da opinião desfavorável em português do Brasil e sua inserção nos estudos de Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E)*. 2007. 300 p. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem – Departamento de Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp027988.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Palavras e ação. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1990[1962].

BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro*. A arte de ser mais igual do que os outros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006[1992].

BENNETT, M. J. Intercultural Communication: A Current Perspective. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Basic Concepts on Intercultural Communication: Selected Readings*. Yarmouth: Intercultural Press, 1998, p. 1-34.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: some universals in language usage*. New York: Cambridge University Press, 1987[1978].

DAMATTA, R. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

GOFFMAN, E. *Interactional ritual: Essays on face to face behavior*. Garden City, NY: Anchor, 1967.

HALL, E. T. *Beyond Culture*. New York: Anchor Books, 1981[1976].

HALL, J. K. From L2 interactional competence to L2 interactional repertoires: reconceptualizing the objects of L2 learning. *Classroom Discourse*, v.9:1, 2018, p. 25-39.

\_\_\_\_\_. Language Learning as an Interactional Achievement. *The Modern Language Journal*, v. 88, n.4, 2004, p. 607-612.

KRAMSCH, C. The Cultural Component of Language Teaching. *Zeitschrift für Interkulturellen Fremdsprachenunterricht*. [Online], 1(2), 10 p., 1996. Disponível em: <https://tujournals.ulb.tu-darmstadt.de/index.php/zif/article/viewFile/741/718>. Acesso em: 5 jun. 2020.

LIMA, A. B. V. C. *O carnaval carioca nas revistas alemãs: aspectos interculturais relevantes para o ensino de PL2E*. 2019. 119 p. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem – Departamento de Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1712214\\_2019\\_completo.pdf](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1712214_2019_completo.pdf). Acesso em: 12 jun. 2020.

MEYER, R. M. B. Cultural, multicultural, intercultural: o português como segunda língua para estrangeiros. In BALOCCO, A. E.; PEREIRA, M. T. G. *Matraga*, v. 20, n. 32, Rio de Janeiro: Instituto de Letras, UERJ, 2013, p. 54-65.

OLIVEIRA, M.do C. L. Polidez e Interação. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; SCLIAR-CABRAL, L. *Desvendando Discursos*. Conceitos Básicos. Florianópolis: Editora UFSC, 2008, p. 197-224.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução Carlos Vogt et al. Coimbra: Livraria Almedina, 1981[1969].

SPENCER-OATEY, H.; FRANKLIN, P. Intercultural Interaction. In: CHAPPELLE, C. A. (Ed.). *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. Hoboken: John Wiley & Sohns Ltd., 2014, p. 1-6.

XIAO, F. Proficiency effect on L2 pragmatic competence. *SLLT*, v.5, n.4, 2015, p. 557-578.

YOUNG, R. F. Interactional Competence in Language Learning, Teaching and Testing. In HINKEL, E. (Ed.). *Handbook of research in second language teaching and learning*. New York: Routledge, v.II, Chapter 26, 2011, p. 426-442.